

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificou qualquer ausência.

**SECRETARIOU**

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD. 02)**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)**

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** reportou-se ao abate de árvores efetuado pela Câmara, nomeadamente na Av. Egas Moniz, no Complexo Desportivo, na Av. Alves Pedrosa, na Urbanização do Paraíso e no Lugar da Raposeira, freguesia de Lamego, questionando o senhor Presidente da Câmara quem autorizou este procedimento, uma vez que, a seu ver, configura venda de património, o que não é da competência do senhor Presidente da Câmara.

Afirmou que gostaria de ter acesso ao relatório técnico, no sentido de saber qual o motivo para serem abatidas, querendo-lhe parecer que algo está errado e que constitui num crime ambiental.

Reportou-se, ainda, à intervenção que foi feita no parque da freguesia de Cambres, questionando o senhor Presidente da Câmara se existe algum parecer técnico sobre o estado das árvores, que permitiu a destruição das mesmas.

De seguida, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o que tem feito sobre as descargas poluentes no Rio Balsemão, uma vez tem conhecimento que as mesmas continuam a ser efetuadas.

Por último, questionou ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação, relativo ao inquérito levantado à funcionária Enga. Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que gostaria de consultar o processo, relativo ao abate de árvores levado a cabo pelo Município de Lamego.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que também gostaria de consultar o processo, relativo ao abate de árvores efetuado pelo Município de Lamego, para perceber o que levou ao derrube das mesmas.

Contudo, referiu que concorda com o abate das árvores na Urbanização do Paraíso, pois era visível que as mesmas estavam a causar enormes prejuízos e punham em causa segurança, quer dos moradores, quer dos transeuntes.

Afirmou ainda que o processo ainda não terminou, pois é necessário eliminar definitivamente as raízes das árvores e proceder à replantação de outras espécies arbóreas que se enquadrem naquele espaço. Chamou ainda a atenção que existem outras zonas da cidade que também sofrem da mesma situação, referindo-se concretamente à Urbanização de S. Vicente.

De seguida, lembrou ao senhor Presidente da Câmara que este ficou de apresentar uma proposta que contemplasse um conjunto de apoios a conceder aos Bombeiros Voluntários de Lamego, o que ainda não sucedeu, sugerindo que uma vez que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego vai comemorar o seu 142º Aniversário, seria esta uma boa altura para o fazer, não que isso vá resolver os problemas que o senhor Comandante sente diariamente com a falta de voluntários mas será, pelo menos, um reconhecimento a todos aqueles que diariamente naquele quartel de Bombeiros estão sempre prontos para nos socorrer.

Por fim, disse que também tem conhecimento de que as descargas poluentes continuam a ser efetuadas, não só no Rio Balsemão em Lamego, mas também na freguesia de Cambres, por isso gostaria de saber o que está a ser feito, ou o que pensam fazer para de uma vez por todos acabar com este flagelo.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação, relativamente às garantias bancárias do Pavilhão Multiusos de Lamego.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por referir que não existem procedimentos ilegais, naquilo que é a gestão florestal e das espécies arbóreas do Município de Lamego, pois todos os procedimentos foram cumpridos.

Esclareceu que o abate de árvores que se verificou na semana passada na cidade de Lamego estava previsto e programado, apenas estava a aguardar disponibilidade, por parte do executor. Adiantou que está coordenada uma futura replantação e reposição de árvores nesses mesmos locais.

Referiu que o abate de árvores na Urbanização do Paraíso era solicitado há muito tempo pelos moradores, uma vez que aquele tipo de árvores crescia desgovernadamente, o que danificava redes de água e saneamento, muros e pavimentos, não sendo minimamente adaptadas à orografia do terreno daquela zona, lembrando que em tempos já árvores caíram sobre os edifícios.

Quanto às árvores abatidas também na Av. Alves Pedrosa, esclareceu que as mesmas eram de grande porte e estavam em muito mau estado, e que estavam encostadas num muro, as quais por motivos de segurança tiveram de ser abatidas.

Disse que o processo relativo a este assunto se encontra disponível nos serviços para ser consultado pelos senhores Vereadores.

Sugeriu ao senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues que tivesse alguma cautela pela forma como se dizem as coisas, pois falar-se de crime ambiental com a leveza com que falou, não o deveria fazer, até porque tem conhecimentos técnicos para saber de que tal não se tratou.

Relativamente às descargas poluentes em Cambres, disse que a mesma foi detetada e identificado o autor das descargas, tendo-se reportado esta situação aos serviços da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da GNR/SEPNA.

Quanto às descargas poluentes no Bairro da Ponte, afirmou que continua a verificar-se aquilo que já existia, ou seja, são descargas nas redes de águas pluviais, cuja origem não é detetável, nem se conhece o autor de tais descargas.

Referiu que era conveniente que quem denuncia estas descargas poluentes que o fizessem perante a Câmara, mas também imediatamente perante as autoridades SEPNA e APA, no sentido de facilitar a investigação.

O senhor **Presidente da Câmara** sublinhou que o corte de árvores ocorrido ficou a dever-se única e exclusivamente à necessidade de acautelar situações de segurança emergentes reivindicadas pelos lamecenses, em cada uma das localidades.

Quanto ao corte das árvores na Av. Egas Moniz e junto ao Complexo Desportivo, lembrou que esse foi um assunto devidamente escalpelizado em tempo, o qual consta da ata da respetiva reunião de Câmara.

Relativamente ao corte de árvores na Av. Alves Pedrosa e na Urbanização do Paraíso disse que era visível a qualquer transeunte a emergência de tal intervenção.

Esclareceu que não existe nenhuma venda de património, antes pelo contrário, houve a utilização de recursos do município, para fazer face a estas situações de emergência e à reposição de segurança das populações.

Disse que comunga das mesmas preocupações manifestadas pelos senhores Vereadores, no que toca às descargas poluentes no Rio Balsemão, adiantando que os serviços têm feito todos os esforços, no sentido de identificarem o autor das descargas, o que vão continuar a acompanhar, pois não se conforma com tal situação criminosa.

Seguidamente, respondeu que o inquérito, levantado à situação que envolveu a funcionária Enga. Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo, está concluído e virá numa próxima reunião do Executivo, para conhecimento.

Quanto às garantias bancárias do Pavilhão Multiusos, disse que nenhuma das instituições financeiras remeteu ao Município os valores que tinham sido exigidos, sendo que este assunto virá também oportunamente ao conhecimento dos senhores Vereadores.

No que concerne ao apoio aos Bombeiros Voluntários, respondeu que está concluída uma versão do projeto de Regulamento de atribuição de incentivos às coletividades, o qual virá numa próxima reunião de Câmara, sendo um compromisso que mantém e, tão célere quanto possível, será concretizado.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que não consegue entender estas explicações que acabou de ouvir. Desde logo custa-lhe a perceber que o corte de mais de 50 pinheiros de porte considerável, não produza receita para o Município, bem como três dezenas de árvores numa urbanização.

Quanto às árvores da Urbanização do Paraíso, lembrou que as mesmas tinham um objetivo traçado pelo projetista, uma vez que se tratava de arquitetura paisagística, daí que, na sua perspetiva, deveria proteger-se as árvores e não cortá-las indiscriminadamente, só porque as mesmas estragam os muros e passeios.

Lembrou, ainda, que é obrigatório por lei que em cada urbanização projetada tenha de haver projeto de arranjo exterior paisagístico que inclua a plantação de árvores.

Referiu que não é contra o corte de uma árvore ou outra que está a prejudicar, pois isso é natural, é contra, isso sim, a destruição pura e dura de dezenas de árvores, sem motivo aparente, o que pode configurar um crime ambiental.

Por fim, disse que também já lhe custa ouvir que tudo foi cumprido legalmente, pois começa a ser um pouco hábito dizer-se o que vem à cabeça, quando a montante nada se justifica, pois não tem conhecimento do relatório técnico do abate das árvores, não tem conhecimento de nenhuma deliberação tomada nesse sentido, o que deveria existir.

Frisou que depois, com tudo isto, é normal que os cidadãos comentem sobre tais procedimentos efetuados pela Câmara, lendo uma mensagem recebida de um munícipe, que a seguir se transcreve na íntegra: *“Sr. Eng. Ernesto, Vereador da Câmara de Lamego, não sabendo qual sua a opinião sobre este assunto, peço a sua intervenção para que esta maluqueira de deitar árvores a baixo pare imediatamente. Trata-se de um verdadeiro crime ambiental. Não consigo entender que razões poderão existir para deitar a baixo as árvores robustas de perfeita saúde. Não sei se se lembra mas isto começou com a “limpeza” da mata do IND à custa das pernadas partidas cortaram dezenas e dezenas de pinheiros. Depois foi a palmeira centenária da parte de trás da Câmara, depois Paraíso, estrada em direção à Ortigosa, agora estrada que vai para Penude. Pela mesma lógica isto não vai parar de certeza.*

*Há cerca de ano e meio foi anunciado que o Município de Lamego ia plantar um milhão de árvores, parece-me que estão a fazer o contrário, ainda por cima árvores que demoram muitas décadas a atingirem a sua maturidade. Por favor encete os esforços necessários para parar este “arvoricídio”.*

Concluiu que as pessoas estão atentas aos assuntos e atos praticados pela Câmara, pelo que, enquanto administradores de um território, não se pode decidir sobre um assunto de forma tão leve.

Relativamente às descargas poluentes, disse que não colhem as afirmações de se dizer que estão a resolver o assunto, quando tal situação configura num crime ambiental, punida com uma multa elevadíssima para o Município. Disse que se não sabe a origem e o autor das descargas, tem de se reportar e participar o assunto ao Ministério Público.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que a discussão sobre o abate das árvores seria evitável, caso o senhor Presidente da Câmara tivesse trazido o assunto à reunião de Câmara antecipadamente, dado que o mesmo tem elevado impacto na cidade e nos cidadãos.

Quanto às descargas poluentes, questionou ao senhor Presidente da Câmara se a Câmara participou, ou não, este assunto ao Ministério Público.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa**, relativamente ao corte das árvores, reiterou a sua concordância com o abate das mesmas, uma vez que se tal sucedeu foi porque havia estudos técnicos que o sustentavam e justificavam, sugeriu ainda que tal estudo ocorra também na Urbanização de S. Vicente, pois as árvores existentes destroem passeios impedindo a circulação das pessoas e até o acesso às garagens.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** solicitou cópia do procedimento legal que originou o abate de árvores ocorrido nos diferentes locais da cidade, nomeadamente relatório técnico e o destino da lenha cortada.

O senhor **Presidente da Câmara** frisou que quem tem o hábito de dizer o que lhe vem à cabeça é o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues.

De seguida, reiterou que o corte das árvores deveu-se unicamente a questões de segurança emergentes, concordando que este tipo de assuntos poderão vir a conhecimento prévio dos senhores Vereadores, contudo o processo está disponível nos serviços para ser consultado. Repudiou veementemente as insinuações de que poderá existir um negócio com o corte das árvores, pois não pode admitir tais insinuações reiteradas.

Quanto às descargas poluentes, matéria já abordada na reunião de Câmara, afirmou que a GNR/SEPNA acompanhou o desenvolvimento de procedimentos levados a cabo pelos serviços municipais de despistagem e de origem de tais descargas, adiantando que tem também conhecimento informal de cidadãos que participaram este assunto ao Ministério Público.

Disse que tem havido, por parte do Executivo em permanência, muita preocupação em resolver este problema, registando também as preocupações manifestadas pelos senhores Vereadores, relativamente a este assunto.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** lembrou ao senhor Presidente da Câmara que não respondeu à sua questão sobre o corte de árvores em Cambres, se tal procedimento foi, ou não, da responsabilidade da Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o corte de árvores em Cambres ocorreu por questões de segurança, na sequência das intempéries verificadas no inverno passado, sendo do conhecimento comum que existem ainda muitos hectares de material lenhoso por cortar e limpar. Disse que tal procedimento foi desenvolvido pela Junta de Freguesia de Cambres, com conhecimento e colaboração da Câmara, não acarretando quaisquer encargos para o Município.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** reportando-se ao assunto do edifício municipal do Largo da Vitória, afirmou, de forma categórica, que desconhece em absoluto o teor dos protocolos existentes celebrados entre o Município de Lamego e a Associação Beira Douro e, por sua vez, celebrado entre Associação Beira Douro e a empresa Além Douro, com os quais discordou desde o primeiro minuto.

Retorquiu que o senhor Presidente da Câmara pode dizer as vezes que quiser que conhece o teor dos protocolos, mas tal não corresponde à verdade.

Sublinhou que também não é verdade que os mesmos foram celebrados no anterior Executivo, tal como afirma também o senhor Presidente da Câmara.

Por fim, disse que aguarda a entrega da cópia dos referidos protocolos, bem como cópia do procedimento de consulta às três empresas, que resultou na entrega daquele espaço municipal à empresa que atualmente o explora.

O senhor **Presidente da Câmara** confirmou que de facto os protocolos celebrados entre Associação Beira Douro não foram assinados no anterior Executivo, mas sim nos anteriores Executivos da Coligação “Todos Juntos por Lamego.”

Esclareceu que apenas quis dizer que, dadas as responsabilidades que o agora senhor Vereador José Correia da Silva tinha à data, presumia que fossem do seu conhecimento, no entanto, não o pode provar, pelo que os documentos irão ser enviados ao senhor Vereador.

## ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

**01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE JULHO DE 2019 (**COD. 03**)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 8 de julho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por não ter participado na referida reunião.

**02-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (**COD 17**)

**ARGUIDO:** ANDRÉ FILIPE ELIAS CARNEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 629/17/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a Guarda Nacional Republicana de Lamego remeteu a esta Câmara Municipal, o auto de notícia por contraordenação, datado de 11/01/2019, onde menciona que no dia 30/11/2018, quando se encontrava no exercício das suas funções, ao proceder à fiscalização de todos os preceitos legais inerentes ao estabelecimento de bebidas “Café São Pedro”, verificou que proprietário André Filipe Elias Carneiro, não possuía o Mapa de Horário de Funcionamento do Estabelecimento.

Tais factos são passíveis de constituir infração ao disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Anexo ao Decreto-lei 10/2015 de 16 janeiro, constituindo contraordenação punível, nos termos da alínea a) n.º 2 do artigo 5.º do já mencionado Decreto-Lei, eventualmente praticada por André Filipe Elias Carneiro.

Assim, propõe à Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 146.º do Anexo ao Decreto-Lei 10/15, de 16 de Janeiro que delibere a instauração e subsequente instrução do processo de contraordenação a André Filipe Elias Carneiro.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

### **03-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

#### **ARGUIDO: ANTÓNIO CARDOSO PINTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 631/17/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a Guarda Nacional Republicana de Lamego remeteu a esta Câmara Municipal, um auto de notícia por contraordenação, no qual relata que no dia 11/12/2018, na sequência de uma ação de sensibilização, referente aos canídeos, deslocou-se à freguesia de Cambres, no município de Lamego, tendo verificado a existência de dois canídeos, sem que possuísse a respectiva identificação eletrónica, bem como vacinação antirrábica, sendo o seu proprietário António Cardoso Pinto.

Tais factos são passíveis de constituir infração ao disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 313/2003, de 17 de dezembro, na redação dada pela Lei nº 49/2007, de 31.08, constituindo contraordenação punível pelo nº 1 do artigo 19º do mesmo diploma legal, eventualmente praticada por António Cardoso Pinto, na qualidade de proprietário dos canídeos.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra António Cardoso Pinto.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

### **04-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

#### **ARGUIDA: MARIA FILOMENA GONÇALVES DOS SANTOS VARANDA COSTA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 632/17/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a Guarda Nacional Republicana de Lamego remeteu a esta Câmara Municipal, um auto de notícia por contraordenação, no qual relata que no dia 17/12/2018, na sequência de uma ação de sensibilização, referente aos canídeos, deslocou-se à freguesia de Penude, no município de Lamego, tendo verificado a existência de um canídeo, sem que possuísse a respectiva identificação eletrónica, bem como vacinação antirrábica, sendo a sua proprietária Maria Filomena Gonçalves dos Santos Varanda Costa.

Tais factos são passíveis de constituir infração ao disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 313/2003, de 17 de dezembro, na redação dada pela Lei nº 49/2007, de 31.08, constituindo contraordenação punível pelo nº 1 do artigo 19º do mesmo diploma legal,



eventualmente praticada por Maria Filomena Gonçalves dos Santos Varanda Costa, na qualidade de proprietária do canídeo.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Maria Filomena Gonçalves dos Santos Varanda Costa.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

## DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

### **05-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

#### **REQUERENTE:** ANA SANTOS GONÇALVES GOMES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 612/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Ana Santos Gonçalves Gomes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Ana Santos Gonçalves Gomes, cliente n.º 5230, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

### **06-ASSUNTO:** PEDIDO DE ADESÃO À TARIFA SOCIAL - INDEFERIMENTO (COD 01)

#### **CONSUMIDOR:** ANTÓNIO GONÇALVES COLÓNIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 613/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que refere que António Gonçalves Colónia, cliente 26915, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita no Qta. de St. António, Lt.33 Bloco A 3º Frt., freguesia de Lamego, não se pronunciou em sede de audiência prévia para os efeitos do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), em resposta ao ofício n.º 1123, de 24/06/19, sobre o sentido de indeferimento do seu pedido de renovação da adesão ao tarifário social.

Assim, propõe ao Executivo Municipal se digne deliberar o indeferimento definitivo do referido pedido.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o indeferimento definitivo do requerente, de renovação da adesão ao tarifário social.

**07-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: ARMANDO JORGE CORREIA SOARES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 614/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Armando Jorge Correia Soares solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Armando Jorge Correia Soares, cliente n.º 18294, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**08-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: FERNANDO SÉRGIO ALMEIDA PINTO MESQUITA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 615/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Fernando Sérgio Almeida Pinto Mesquita solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Fernando Sérgio Almeida Pinto Mesquita, cliente n.º 23460, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**09-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: HELENA MARIA DE OLIVEIRA TOMÁS**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 616/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Helena Maria de Oliveira Tomás solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais

refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Helena Maria de Oliveira Tomás, cliente n.º 18947, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**10-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: IRENE DA CONCEIÇÃO PINTO CORUCHE NUNES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 617/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Irene da Conceição Pinto Coruche Nunes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Irene da Conceição Pinto Coruche Nunes, cliente n.º 5150, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**11-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: JOÃO LOPES REBELO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 618/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor João Lopes Rebelo solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de João Lopes Rebelo, cliente n.º 8454, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**12-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: JOSÉ SANTOS MONTEIRO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 619/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor José Santos Monteiro solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de José Santos Monteiro, cliente n.º 4693, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**13-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: JOSÉ PINTO BATINA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 620/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor José Pinto Batina solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de José Pinto Batina, cliente n.º 1667, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**14-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: JOSINA MARIA DA ROCHA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 621/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Josina Maria da Rocha solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara

Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Josina Maria da Rocha, cliente n.º 28342, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**15-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MANUEL GOMES AMORIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 622/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Manuel Gomes Amorim solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Manuel Gomes Amorim, cliente n.º 7862, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**16-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA ALDINA DUARTE PEREIRA RODRIGUES MAGALHÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 623/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Aldina Duarte Pereira Rodrigues Magalhães solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria Aldina Duarte Pereira Rodrigues Magalhães, cliente n.º 13868, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**17-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA JESUS NUNES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 624/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Jesus Nunes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria Jesus Nunes, cliente n.º5047, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**18-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: MARIA MARGARIDA DA SILVA COELHO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 625/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Margarida da Silva Coelho solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria Margarida da Silva Coelho, cliente n.º 15218, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**19-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: ROSA MARIA MONTEIRO FERREIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 626/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Rosa Maria Monteiro Ferreira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à

Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Rosa Maria Monteiro Ferreira, cliente n.º 28806, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**20-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** VIRGÍNIA LARANJO SILVESTRE SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 627/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Virgínia Laranjo Silvestre Silva solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Virgínia Laranjo Silvestre Silva, cliente n.º 884, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**21-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA DA GLÓRIA DA FONSECA SANTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 627/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria da Glória da Fonseca Santos solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria da Glória da Fonseca Santos, cliente n.º 19828, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**22-ASSUNTO:** LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE UM JAZIGO NO CEMITÉRIO DA CRUZ ALTA (COD 15)

**REQUERENTE:** EURICO DA RUA JÚNIOR

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 630/15/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“Quanto ao assunto em supracitada, após os esclarecimentos prestados pelo requerente o Sr. Eurico da Rua Júnior, transcreve-se a informação n.º 4259/DASU, de 2019/06/13, da qual se reproduz: “Os esclarecimentos prestados pelo Sr. Eurico da Rua Júnior, em resposta ao Of.º n.º 918, Proc.º 17/19; afigura-se me adequados pelas seguintes razões:*

*i. No talhão destinado a implantação/ construção dos jazigos verifica-se que os construídos até à data obedecem às medidas do polígono exigido, no entanto apura-se que arquitetonicamente todos são diferentes, além de utilizarem soluções de construção distintas ao estabelecido;*

*ii. O requerente justifica o projeto que submeteu ao município;*

*iii. A deliberação do dia 4 de julho de 2016, permite à câmara em exceções devidamente justificadas analisar e decidir sobre modelos de jazigos que respeitem os princípios básicos, mas que possam ter alterações de geometria e aplicações de outros materiais.*

*Caso a Câmara aceite as alterações introduzidas pelo requerente do projeto - tipo aprovado, o pedido poderá ser deferido.*

*A alteração que proponho seria prescindir dos dois suportes para vasos exteriores, no alçado principal (estes não são fixos). Em resumo e analisando os itens anteriores julgo que o projeto do jazigo encontra-se em condições de ser aprovado.”*

*Uma vez que o requerente prestou as explicações solicitadas e tecnicamente tal como se reproduziu anteriormente o parecer técnico é favorável, proponho à Câmara Municipal o deferimento da pretensão do licenciamento para realização do projeto do jazigo n.º 5 secção nº 9 – Cruz Alta.”*

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**23-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DO SANTÍSSIMO SALVADOR E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - PENAJÓIA (**COD 51**)

**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS DA PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 651/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra do Santíssimo Salvador, que decorrerão nos dias 4 a 6 de agosto de 2019, na freguesia de Penajoia, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.



**24-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DO SENHOR DA PONTE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - PENUDE (**COD 51**)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 652/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra do Senhor da Ponte, que decorrerão nos dias 2 a 4 de agosto de 2019, na freguesia de Penude, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**25-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - VALDIGEM (**COD 51**)

**REQUERENTE:** UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA DO BISPO E VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 653/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, que decorrerão nos dias 9 a 13 de agosto de 2019, em Valdigem, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**26-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - PENUDE (**COD 51**)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 654/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, que decorrerão nos dias 10 a 15 de agosto de 2019, na freguesia de Penude, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**27-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI (**COD 51**)

**REQUERENTE:** FREGUESIA DE VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 655/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça, que decorrerão nos dias 16 a 18 de agosto

de 2019, na freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**28-ASSUNTO:** CONDICIONAMNETO DO TRÂNSITO NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO 142º ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAMEGO (**COD 62**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 656/62/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 4900/DASU, de 04.07.2019 propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere a alínea rr) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que autorize o condicionamento dos estacionamento, para a realização das Comemorações do 142º Aniversário, no dia 22/07/2019, das 09:00h às 22:00h, nos seguintes arruamentos:

- Rua dos Bombeiros;
- Rua Bernardo Pinheiro de Aragão (nos dois sentidos).

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares – CÓD. DOU 05 | OP 01

**29-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 579/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** MARCO MIGUEL PEREIRA DA SILVA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE ROSSAS – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 633/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1550/DOU, de 08/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 09/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de reconstrução de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**30-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 121/19 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** FILIPE DANIEL DUARTE SILVA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CABEÇO – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 634/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1467/DOU, de 27/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 04/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de reconstrução e ampliação de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**31-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UNS ARRUMOS – PROC. 435/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** JOSÉ BERNARDO DE JESUS BRILHANTE

**LOCAL DA OBRA:** RUA DO ALECRIM – MELCÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 635/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1484/DOU, de 01/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 05/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de construção de uns arrumos, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**32-ASSUNTO: OBRAS DE INSTALAÇÃO DE COMÉRCIO PARA RESTAURAÇÃO E BEBIDAS (CHURRASQUEIRA) – PROC. 459/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** GUALTER RENATO CONCEIÇÃO ALMEIDA

**LOCAL DA OBRA:** PRAÇA DA COMÉRCIO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 636/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1567/DOU, de 11/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 11/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**33-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE NOVO ACESSO À EN2 - PROC. 141/17 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** MARIA DE FÁTIMA PIMENTEL TEIXEIRA CORREIA TAVARES DE FIGUEIROA REGO

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DO VALE FORMOSO - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 637/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 827/DOU, de 04/04/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 03/07/2019, propondo que a Câmara Municipal delibere revogar a deliberação de caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura e o processo possa prosseguir os trâmites normais, com vista ao deferimento do licenciamento.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**34-ASSUNTO:** AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 82/19 (COD. 42)

**REQUERENTE:** LAURINDA FERNANDES PEREIRA

**LOCAL DA OBRA:** TRAVESSA DO PEREIRO – MAGUEIJA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 638/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1544/DOU, de 08/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 09/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**35-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 51/19 (COD. 42)

**REQUERENTE:** HUMBERTO TIAGO FERNANDES MARAVILHA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA DONDELA – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 639/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1538/DOU, de 08/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 09/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**36-ASSUNTO:** REMODELAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CASA DE CAMPO – PROC. 616/18  
**(COD. 42)****REQUERENTE:** LAURA VALENTE REGUEIRO, LDA.**LOCAL DA OBRA:** QUINTA CASA AMARELA – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 640/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1506/DOU, de 03/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 04/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**37-ASSUNTO:** VISTORIA A IMÓVEL EM ESTADO DE RUÍNA – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO – PROC. 467/18 **(COD 42)****REQUERENTE:** MUNICÍPIO DE LAMEGO**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO OUTEIRO – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 641/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16, de dezembro, que delibere a homologação do auto de vistoria n.º 30, de 27/06/2019, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – conclusão, do citado Auto de Vistoria.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**38-ASSUNTO:** VISTORIA A IMÓVEL EM ESTADO DE RUÍNA – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO – PROC. 85/14 **(COD 42)****REQUERENTE:** FREGUESIA DE FIGUEIRA**LOCAL DA OBRA:** RUA DO OUTEIRO – FIGUEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 642/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16, de dezembro, que delibere a homologação do auto de vistoria n.º 33, de 04/07/2019, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo IX – conclusão, do citado Auto de Vistoria.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**39-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 449/17 **(COD 42)**

**REQUERENTE:** HERANÇA DE JOSÉ LUÍS DE CARVALHO JÚNIOR

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO PASSAL - LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 643/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 1548, de 08/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 09/07/2019, a qual refere que a requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano após a notificação, pelo que o ato que de licenciamento caduca, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia da interessada.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia à requerente, nos termos do n.º 5 do citado artigo.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

**40-ASSUNTO:** ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO – PROC. 445/17 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** NUNO MIGUEL DOS PRAZERES FERNANDES

**LOCAL DA OBRA:** MEIJINHOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 644/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 1546, de 08/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 09/07/2019, a qual refere que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano após a notificação, pelo que o ato que de licenciamento caduca, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia da interessada.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia ao requerente, nos termos do n.º 5 do citado artigo.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

**41-ASSUNTO:** LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE HABITAÇÃO - PROC. 338/17 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** ANTÓNIO FERNANDO GUEDES TAVEIRA

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DE CALVILHE DE CIMA - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 645/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 519/DOU, de 06/03/2019 e do parecer do Chefe da DOU, datado de 17/06/2019, e dado que o requerente não apresentou os projetos de especialidade no prazo legal (6 meses+ 6 meses de

suspensão), o ato que aprovou o projeto de arquitetura caducou, nos termos n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro.

Sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com a audiência prévia da interessada, assim propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia do requerente.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**42-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO - PROC. 138/17  
(COD. 42)

**REQUERENTE:** FERNANDO BATISTA DE FIGUEIREDO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE VALE DE OLEIROS - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 646/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1549/DOU, de 08/07/2019 e do parecer do Chefe da DOU, datado de 09/07/2019, e dado que o requerente não apresentou os projetos de especialidade no prazo legal (6 meses+ 6 meses de suspensão), o ato que aprovou o projeto de arquitetura caducou, nos termos n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro.

Sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com a audiência prévia da interessada, assim propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia do requerente.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**43-ASSUNTO:** LEGALIZAÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA – PROC. 414/18 (COD. 42)

**REQUERENTE:** HERMÍNIO LOUREIRO DOS SANTOS

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA ENCHARRELA – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 647/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 205, de 15/01/2019 e do parecer do Chefe, de 05/06/2019, que refere que o requerente foi notificado, nos termos do artigo 122º do CPA, da intenção de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento do pedido de licenciamento, dado não ser possível proceder à sua legalização atendendo aos instrumentos de gestão em vigor.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**44-ASSUNTO: CERTIDÃO DE REALIDADE MATERIAL AUTÓNOMA – PROC. 259/19 (COD 42)****REQUERENTE: JOSÉ MÁRIO ALVES DE SOUSA****LOCAL DA OBRA: LUGAR DA PEDREIRA – CAMBRES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 648/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 1423/DOU, datada de 21/06/2019, que delibere que se certifique que o prédio em causa já constituía realidade material autónoma, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de junho – Lei dos Loteamentos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

## DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

**45-ASSUNTO: ALIENAÇÃO DE DUAS FRAÇÕES HABITACIONAIS SITAS NO BLOCO 2 DA RUA BERNARDO PINHEIRO DE ARAGÃO - LAMEGO (COD 47)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 649/47/2019, do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“Presente a informação n.º2417/2019, informando da avaliação efetuada pelo perito avaliador Eng. Luís Martins, às frações M (r/chão frente) e S (segundo andar frente), inscritas na matriz da freguesia de Lamego sob o artigo n.º1816, e descritas na CRP sob o n.º685/19910304, às quais foi atribuído o valor unitário de 65000,00 €.*

*As frações vieram à posse do Município de Lamego, em 2007/07/11, adquiridas ao Ministério da Justiça, pelo valor 41000,00 € cada, não tendo qualquer utilização até à data. Proponho a apreciação e votação do órgão executivo, a alienação por hasta pública, das duas frações, pelo valor correspondente ao da avaliação, ou seja, 65.000,00€ cada uma, nos termos do artigo n.º 33.º, n.º1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por referir que entende que a Câmara necessite de realizar dinheiro com a venda de património, devido à situação financeira que o Município se encontra. Lembrou, porém o senhor Presidente da Câmara que na altura a Câmara adquiriu estas casas, como forma de realojar pessoas e acautelar casos de necessidade, devido a intempéries ou outras situações emergentes.

Neste propósito, lembrou ainda o senhor Presidente da Câmara que estas casas poderiam servir para as 80 camas que o senhor Presidente da Câmara disse ao Diário de Viseu que não disponibilizava, ou poderiam servir ainda para as residências de estudantes, assunto trazido na reunião da semana passada pelo Dr. Ricardo Jorge Morgado da Costa.



O senhor **Presidente da Câmara** reafirmou que o assunto relativo às residências para estudantes está a ser equacionada com o IPV e a ESTGL, para se fazer uma intervenção, no sentido de ir ao encontro das necessidades de forma sustentada, entendendo que não seria pela via sugerida pelos senhores Vereadores que se resolveria o problema, embora tal pudesse servir para alojar alguns estudantes, em número reduzido.

Disse que é de entendimento que os imóveis em apreço devam ser alienados, aliás na sequência da deliberação tomada no ano de 2015.

Reiterou que o Executivo em funções, desde a aprovação do diploma, tem acompanhado muito de perto este assunto, tendo reunido com a Direção do IPV e da ESTGL, no sentido de se encontrar soluções que respondam às reais necessidades dos estudantes, até para que a procura dos estudantes seja efetuada em maior número, quer provenientes dos diferentes locais do território, quer provenientes do estrangeiro, onde estão a ser desenvolvidas diligências no sentido de divulgar a qualidade da ESTGL e angariar potenciais alunos.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** considerou a observação manifestada pelo senhor Vereador José Correia da Silva pertinente, no entanto, também aceita a justificação do senhor Presidente da Câmara, questionando quais as diligências concretas que já foram desenvolvidas sobre o assunto das residências para estudantes.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** considera que se deveria discutir esta questão das residências para estudantes, uma vez que a lei foi publicada recentemente em 26/02/2019, e com a alienação destes imóveis se perde uma oportunidade de se dar início ao alojamento para estudantes.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que voltarão a falar deste assunto, oportunamente, uma vez que se encontra fora do contexto da proposta de deliberação em apreço.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

#### **46-ASSUNTO: ALIENAÇÃO DO IMÓVEL “SOLAR CONDE DE SAMODÃES” – PRONÚNCIA SOBRE DIREITO DE PREFERÊNCIA (COD 47)**

##### **REQUERENTE: REMAX**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 650/47/2019, do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“Presente a informação n.º4811/2019 da DFP/PAT, dando conhecimento que o imóvel denominado “ Solar de Samodães”, inscrito na matriz urbana da freguesia de Samodães sob o artigo n.º 91, e descrito na CRP sob o n.º 232/19910820, vai ser alienado pelo valor de 230000,00 €, a Alexandra Isabel Araújo Pereira, contribuinte n.º 218058292.*

*A requerente veio por email, solicitar à Câmara Municipal de Lamego, se pretende ou não exercer o direito de preferência, nos termos dos artigos n.ºs 37.º e 38.º da Lei n.º107/2001, de 8 de setembro.*

*Face ao exposto, proponho à Câmara Municipal que delibere não exercer o direito de preferência, que lhe assiste, nos termos dos artigos n.ºs 37.º e 38.º da Lei n.º107/2001, de 8 de setembro.”*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, conforme proposto.

**47-ASSUNTO:** PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL SUSPENSOS DA EMPRESA EX-LAMEGO RENOVA, SA E EX-LAMEGO CONVIDA, EEM – PLANO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 657/47/2019, do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*Considerando que, em 14 de janeiro do ano corrente foi do conhecimento do órgão Executivo, os processos que decorre em execução fiscal da Ex-Lamego Convida E.E.M e Ex- Lamego Renova, S.A, bem como das limitações de gestão que tem causado, nomeadamente com a falta de regularização fiscal mencionada na Certidão de Finanças; Nos termos do disposto nos artigos 196º, 198º e 199º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Município requereu o pagamento em prestação e do qual, AT deferiu nos seguintes termos:*

N.º processo		Valor da dívida Exequenda	N.º prestações autorizadas	Valor de cada Prestação (S/ JUROS)	Valor da Garantia
EX- LAMEGO CONVIDA, EEM	2542201701062956	59.914,27€	24	2.496,43€	81.591,90€
EX- LAMEGO RENOVA, S.A	2542201701056794	103.057,91€	24	4.294,08€	140.831,46€
EX- LAMEGO CONVIDA, EEM	2542201701069403	162.623,03€	36	4.517,31€	218.362,63€
TOTAL		325.595,21€		11.307,82€	440.795,99€

*Não obstante o ora requerido, motivado unicamente pela necessidade imperiosa e imediata do Município se colocar numa situação regularizada perante a A.T, o Município*

*reserva o direito a recorrer a todos os meios processuais ao seu dispor para exercer a defesa dos seus interesses, não constituindo o pedido qualquer reconhecimento ou aceitação da dívida exequenda.*

*A informação n.º 5051/2019, de 10/07/2019, do Chefe da Divisão de Finanças e Património, a despesa encontra-se cabimentada e parcialmente comprometida, conforme documento apenso ao processo.*

*Relativamente aos bens mencionados objeto hipoteca, só após conhecimento e receção do despacho da Autoridade Tributária, o assunto será posterior remetido para conhecimento do órgão Executivo.*

*Proponho à Câmara Municipal que delibere:*

*- Aprovação da despesa e dos planos de pagamento dos processos execução fiscal em referência, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06.*

*- Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.”*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que gostaria que o senhor Presidente da Câmara explicasse melhor esta proposta de deliberação.

O senhor **Presidente da Câmara** começou por referir que este assunto materializa mais uma herança da anterior gestão camarária.

Esclareceu que diz respeito a processos de execução que foram instaurados contra as empresas Lamego Renova, SA e Lamego Convida, EEM, sobre os quais o Município de Lamego nunca foi notificado, nem citado, sendo apenas confrontado com a situação já consumada de não ter a sua situação regularizada.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a despesa e os planos de pagamento dos processos execução fiscal em referência, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06.

Mais deliberou que o presente processo seja remetido à Assembleia Municipal, para conhecimento.

## **02-ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO DO TEATRO RIBEIRO CONCEIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2018 - ADITAMENTO (COD 20)**

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo do aditamento do relatório de Gestão do Teatro Ribeiro Conceição, referente ao ano de 2018.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** registou com agrado a melhoria introduzida no presente relatório de Gestão do Teatro Ribeiro Conceição, no entanto, considera que o mesmo poderia ser ainda melhorado.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** entende também que o relatório poderia ser ainda melhorado, nomeadamente no que toca ao registo de entradas nos espetáculos, o custo de cada um, qual a sua receita e quanto se gastou em alojamento e alimentação, informação que considera pertinente para ser um relatório transparente.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** reiterou o que disse na reunião da semana passada, frisando, uma vez mais, que os espetáculos foram contratados cumprindo escrupulosamente todas as regras do Código dos Contratos Públicos.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** reiterou o que disse na reunião da semana passada, afirmando que, pela primeira vez, se vê aquilo que é uma alteração de paradigma da exploração do Teatro Ribeiro Conceição, deixando de ter uma gestão privada subsidiada para ter uma gestão pública efetuada pelo Município.

Salientou o que está plasmado na pag. 4 do relatório, em que é referido que se conseguiu reduzir custos no Teatro Ribeiro Conceição e, por outro lado, conseguiu-se aumentar as receitas de bilheteira, diminuindo a entrega de bilheteira a terceiros. Disse que claramente é positiva esta transferência de gestão, com uma qualidade a nível de programação que em nada ficou a dever àquilo que era a programação nos anos transatos.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que com este complemento introduzido no relatório de gestão do Teatro Ribeiro Conceição pretendeu-se ir de encontro às críticas construtivas manifestadas pelos senhores Vereadores e que permite fazer uma análise comparativa, do ponto de vista financeiro, no desempenho de serviços ao longo do ano de 2018.

Seguidamente endereçou uma palavra de reconhecimento à senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha e aos colaboradores do Município pelo trabalho desempenhado que permitiu, ao assumir a gestão direta do Teatro Ribeiro Conceição, uma poupança de 100%, num montante de 64.951,50€ que era gasto apenas em coordenação, o que permitiu reduzir custos e ao mesmo tempo aumentar a qualidade dos serviços prestados à população.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

#### **49-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

#### **50-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

Presidente

Secretária

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária